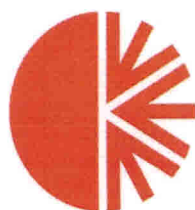
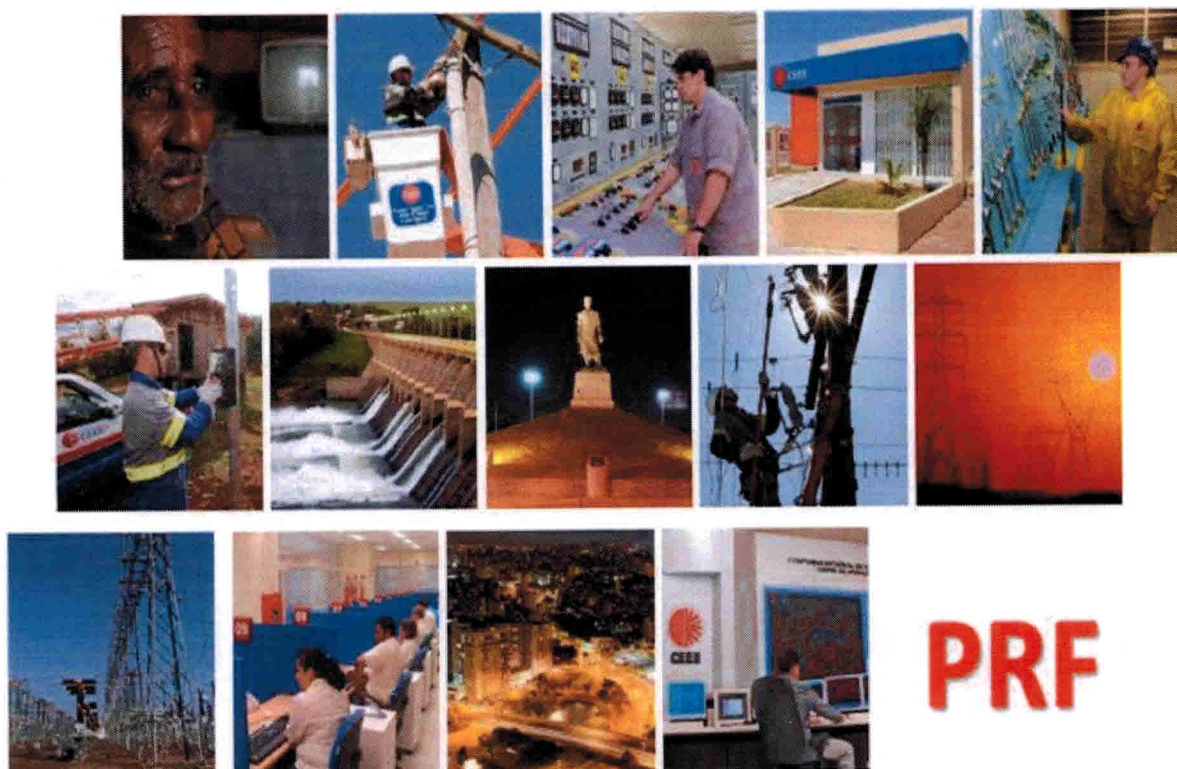


# Programa de Recuperação Financeira II

**CEEE-D**

**2012-2015**



**Companhia Estadual de Distribuição  
de Energia Elétrica – CEEE-D**

**Diretoria Financeira e de Relações com Investidores  
Diretor GERSON CARRION DE OLIVEIRA**

**Porto Alegre, Dezembro de 2011**



**AVISO / DISCLAIMER**

*Este relatório é destinado exclusivamente para a(s) pessoa(s) a quem é dirigido, podendo conter informação confidencial das empresas do Grupo CEEE e legalmente protegido. Se você não for o destinatário deste relatório, ou por ele autorizado, desde já fica notificado de abster-se a divulgar, copiar, distribuir, examinar ou, de qualquer forma, utilizar a informação contida no mesmo, por ser ilegal.*

*O conteúdo do presente relatório é o resultado da contribuição de diversos trabalhadores do Grupo CEEE e, apesar de ter sido minuciosamente revisado, pode conter incorreções.*

*Da mesma forma, o mesmo destina-se a abordar os aspectos financeiros da empresa, considerados de maior relevância no período, não pretendendo esgotar a totalidade dos assuntos relacionados.*



## CONTEÚDO

Aviso / Disclaimer.....	2
1. Apresentação.....	5
2. Situação Financeira.....	7
2.1 Cenários Projetados PRF 2011 .....	7
2.2 Avaliação dos resultados 2010 x 2011 .....	9
3. Ações Estratégicas do PRF para os anos de 2012 a 2015 .....	11
3.1 Ações Estratégicas Prioritárias com Foco no Investimento.....	12
3.1.1 Definição de políticas de investimento .....	12
3.1.2 Revisão dos orçamentos de Investimentos - 2012-2015 .....	12
3.1.3 Projetos de Investimentos Prudentes .....	13
3.2 Ações Estratégicas Prioritárias com Impacto na Redução das Despesas .....	14
3.2.1 Restrição às despesas com propaganda, publicidade e Patrocínios Diretos.....	14
3.2.2 Adequação do Pagamento do PPR aos resultados econômico-financeiros .....	15
3.2.3 Serviços de Segurança Patrimonial .....	15
3.2.4 Redução Despesas com Aluguel.....	15
3.2.5 Redução Despesas com o abastecimento de Água .....	15
3.2.6 Redução Despesas com Combustível .....	15
3.2.7 Compensação de Horas Extras .....	16
3.2.8 Descentralização de Treinamentos .....	16
3.2.9 EAD - Educação a Distância .....	16
3.2.10 Recuperação de DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS.....	16
3.2.11 Redução dos Custos em Postes e Madeiras .....	16
3.3 Ações Estratégicas Prioritárias com Impacto no Incremento da Receita.....	16
3.3.1 Compartilhamento de infraestrutura.....	17



3.3.2 Regularização de consumo de unidades consumidoras encerradas .....	17
3.3.3 Faturamento instantâneo .....	18
3.3.4 Implementar melhorias nos procedimentos de cobrança .....	18
3.3.5 Intensificar negociações e tratativas na esfera judicial para Poderes Públicos .....	18
3.3.6 Plano de ação para recuperação do passivo na cidade de Rio Grande .....	18
3.3.7 Plano de ação para regularização de corte na cidade de Rio Grande .....	18
3.3.8 Possibilitar negociação por cartão de crédito .....	19
3.3.9 inspeção de unidades consumidoras .....	19
3.3.10 Regularização de ligações clandestinas em vilas irregulares .....	19
3.3.11 Telemedição das unidades consumidoras do Grupo A .....	19
3.3.12 Imobilização das ordens em CURSO .....	20
3.4 Ações Estratégicas Prioritárias com Impacto no Fluxo de caixa .....	20
3.4.1 contingenciamento das despesas de custeio .....	20
3.5 Ações Estratégicas com Impacto Positivo que Dependem de Agentes Externos .....	20
3.5.1 Recuperação CRC .....	20
3.5.2 Convênio CEEE FAMURGS .....	21
4. Simulações (Fluxo de Caixa) .....	21
4.1 Cenário Base .....	22
4.2 Cenário I – Cenário Base incluindo ações do Programa de Recuperação Financeira – PRF e Captações ...	25
4.3 Cenário II – Cenário I incluindo ações do Programa de Recuperação Financeira – PRF, Captações e Contingenciamento do custeio .....	27
5. Conclusões Finais .....	31





## 1. APRESENTAÇÃO

Em sua primeira versão, o Programa de Recuperação Financeira – PRF, aprovado pela Diretoria Colegiada e Conselho de Administração em abril de 2011, teve como finalidade nortear a consolidação de um conjunto de ações que visaram efetivar ajustes orçamentários e financeiros indispensáveis para alcançar o equilíbrio financeiro da Companhia, frente aos desafios da renovação das concessões e da realização do grande volume de obras de expansão e melhorias do ativo elétrico para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, em especial o evento da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

A construção desse Programa e a sua efetiva implementação, tornaram-se indispensáveis frente às necessidades de captações de recursos junto aos Bancos de Desenvolvimento (BID, AFD, BNDES), a fim de, que se possam vencer os desafios da renovação da concessão e realização dos investimentos.

Em sua segunda versão, o PRF tem com objetivo propor cenários, onde os ajustes orçamentários e financeiros a serem implementados gerem uma expectativa de melhora futura, propiciando à Companhia demonstrar capacidade de honrar seus compromissos e seguir investindo no seu Parque Industrial Elétrico.

Sem esse aprofundamento do PRF em sua segunda versão, tais estruturas de financiamento não se desenvolverão, fato que pode ser materializado na Minuta de Contrato de financiamento do BID, na qual é indicada a necessidade do acompanhamento de indicadores de desempenho econômico-financeiro da CEEE-D, que demonstrem ao banco a sustentabilidade da companhia para o pagamento de suas obrigações, além daquelas decorrentes dos recursos em fase de captação.



Por fim, necessário ressaltar que nas reuniões de negociações de contrato realizadas no final de novembro/11 entre BID, STN, PGFN, SEAIN, SEFAZ-RS e CEEE-D, esta foi compelida a ajustar com urgência o PRF, revendo as propostas e ações, de modo a reavaliar os compromissos assumidos e propor novas ações com o comprometimento de todos, acionistas, gestores e trabalhadores, em um verdadeiro pacto pela renovação da concessão e construção de um futuro sólido para a Companhia.

Gerson Carrion de Oliveira  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



## 2. SITUAÇÃO FINANCEIRA

### 2.1 CENÁRIOS PROJETADOS PRF 2011

Abaixo apresentamos a situação financeira da empresa projetada para o ano de 2011, decorrente dos fatos do final do exercício de 2010, caso nenhuma ação fosse tomada pela empresa:

	<i>Em milhares de Reais</i>				
<b>Cenário Base - CEEE D - Fluxos de caixa projetados</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Ingressos Operacionais	2.970.866	3.244.524	3.512.406	3.842.626	4.227.903
Impostos e Contribuições	(764.131)	(831.558)	(918.600)	(1.011.827)	(1.114.280)
Ingressos Líquidos	2.206.735	2.412.966	2.593.805	2.830.799	3.113.623
Desembolsos Operacionais	(2.343.130)	(2.400.918)	(2.431.909)	(2.576.488)	(2.743.992)
<b>GIR</b>	<b>(136.395)</b>	<b>12.048</b>	<b>161.896</b>	<b>254.312</b>	<b>369.630</b>
Compensação de ICMS	6.237	-	-	-	-
Serviço da Dívida	(218.648)	(220.362)	(183.672)	(193.689)	(166.702)
Investimentos	(276.682)	(302.104)	(200.000)	(200.000)	(200.000)
Impostos Sobre o Lucro	-	-	(23.184)	(45.046)	(75.297)
<b>Saldo do Período</b>	<b>(625.488)</b>	<b>(510.418)</b>	<b>(244.960)</b>	<b>(184.424)</b>	<b>(72.369)</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>18.825</b>	<b>(606.663)</b>	<b>(1.117.081)</b>	<b>(1.362.041)</b>	<b>(1.546.465)</b>
<b>Saldo Final</b>	<b>(606.663)</b>	<b>(1.117.081)</b>	<b>(1.362.041)</b>	<b>(1.546.465)</b>	<b>(1.618.834)</b>

Nesse sentido, tendo em conta os saldos negativos apresentados, é que foi aprovado o primeiro PRF, tendo como objetivo principal a recuperação econômico-financeira da empresa.

Na tabela abaixo, apresentamos o cenário do Programa de Recuperação Financeira - PRF 2011, onde estão contempladas além das ações do PRF, a securitização do crédito da CRC entre a CEEE e Eletrobrás para que a Eletrobrás possa subscrever esses créditos junto à União, no montante de R\$ 150 milhões em 2012, bem como a compensação dos créditos da CRC na ordem de R\$ 96 milhões ao ano (já descontados os valores antecipados), também a partir de 2012.

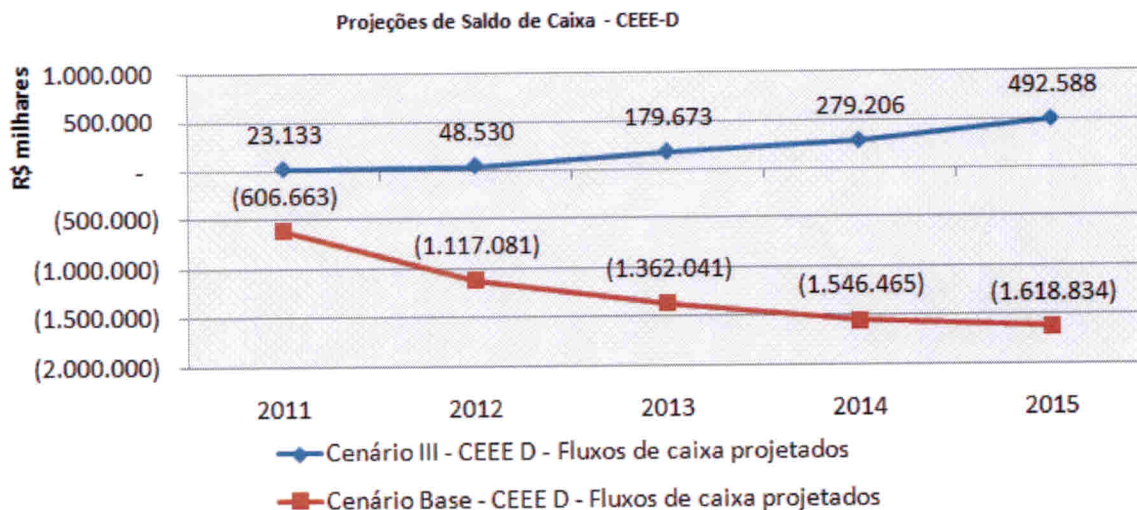


## Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Em milhares de reais

CENÁRIO 3 - FLUXO DE CAIXA PROJETADO - CEEE D	2011	2012	2013	2014	2015
<b>INGRESSOS OPERACIONAIS</b>	<b>3.006.464</b>	<b>3.356.741</b>	<b>3.667.984</b>	<b>4.001.727</b>	<b>4.391.133</b>
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	(764.131)	(831.558)	(918.600)	(1.011.827)	(1.114.280)
<b>INGRESSOS LÍQUIDOS</b>	<b>2.242.333</b>	<b>2.525.182</b>	<b>2.749.384</b>	<b>2.989.900</b>	<b>3.276.852</b>
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	(2.293.342)	(2.357.427)	(2.387.001)	(2.531.024)	(2.697.556)
<b>GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL</b>	<b>(51.008)</b>	<b>167.756</b>	<b>362.383</b>	<b>458.876</b>	<b>579.297</b>
<b>INGRESSOS NÃO OPERACIONAIS</b>	<b>437.947</b>	<b>386.057</b>	<b>207.664</b>	<b>102.235</b>	<b>95.732</b>
COMPENSAÇÃO DE CRC	-	95.732	95.732	95.732	95.732
FIDIC VI	143.000	-	-	-	-
SECURITIZAÇÃO CRC	-	150.000	-	-	-
OUTRAS CAPTAÇÕES	170.000	-	-	-	-
FINANCIAMENTO BNDES	40.753	40.390	50.071	-	-
FINANCIAMENTO ELETROBRÁS	11.254	-	-	-	-
FINANCIAMENTO BID	66.703	99.935	61.861	6.503	-
COMPENSAÇÃO DE ICMS	6.237	-	-	-	-
<b>GERAÇÃO DE CAIXA</b>	<b>386.939</b>	<b>553.813</b>	<b>570.047</b>	<b>561.111</b>	<b>675.029</b>
SERVIÇO DA DÍVIDA	(218.648)	(289.212)	(245.935)	(249.364)	(215.790)
INVESTIMENTOS	(163.982)	(239.204)	(143.000)	(143.000)	(143.000)
IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	-	-	(49.968)	(69.213)	(102.856)
<b>SALDO DO PERÍODO</b>	<b>4.308</b>	<b>25.397</b>	<b>131.143</b>	<b>99.533</b>	<b>213.382</b>
<b>SALDO INICIAL</b>	<b>18.825</b>	<b>23.133</b>	<b>48.530</b>	<b>179.673</b>	<b>279.206</b>
<b>SALDO FINAL</b>	<b>23.133</b>	<b>48.530</b>	<b>179.673</b>	<b>279.206</b>	<b>492.588</b>

O objetivo do PRF era justamente de adequar a saúde financeira da empresa de forma a ajustar seus resultados, tornando-os positivos conforme gráfico abaixo:







## 2.2 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS 2010 X 2011

Apesar do empenho da empresa para tornar eficaz as ações aprovadas no primeiro PRF, algumas premissas não ocorreram, dentre as quais verificamos que no ano de 2011 as fontes de captação de recursos (BNDES, BID, FIDC VI e Outras Captações de Mercado) não se efetivaram, procurando uma reavaliação do cronograma das Obras.

Neste ano, para compensar a falta de recursos e os transtornos que a mesma trouxe para a gestão do caixa da empresa, as Ações do PRF no ano de 2011 foram fundamentais, o que pode ser avaliado pela evidente melhora nos Demonstrativos dos Resultados apresentados em 2011 com relação ao ano de 2010.

	*	**	***	
<b>DRE - CEEE-D</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>DIFERENÇA</b>	<b>%</b>
Receita Operacional	2.687.022	2.837.988	150.966	6%
Forn. Energia Elétrica	2.665.230	2.795.636	130.406	5%
Outras	21.792	42.352	20.560	94%
(-) Ded. à Rec. Operacional	(842.763)	(949.867)	(107.104)	13%
ICMS, Pasep e Cofins	(692.701)	(766.124)	(73.423)	11%
CCC/CDE/ESS	(150.062)	(183.743)	(33.681)	22%
(=) Rec. Oper. Líquida	1.844.259	1.888.121	43.862	2%
(-) Desp. Operacional	(2.035.409)	(1.984.276)	51.133	-3%
Pessoal	(301.856)	(344.780)	(42.924)	14%
Mat., Serv. e Diversas	(377.163)	(295.639)	81.523	-22%
Energia Comprada	(1.106.025)	(1.140.958)	(34.933)	3%
Deprec./Amortização	(79.844)	(88.145)	(8.300)	10%
RGR/FNDCT/P&D/PACDEE/TXS	(32.189)	(36.118)	(3.929)	12%
Prov. Trab./Fiscal/Cível	(138.331)	(78.636)	59.696	-43%
(=) Result. da Atividade	(191.150)	(96.155)	94.994	50%
Margem ebtida	-6,0%	-0,4%	5,6%	93%
(+/-) Rec./Desp. Financ.	(20.348)	(68.318)	(47.970)	236%
Encargos de Dívidas	(20.658)	(21.783)	(1.125)	5%
Var. Mon. e Cambiais	(46.290)	(73.859)	(27.568)	60%
Outras	46.601	27.324	(19.277)	-41%
(=) Resultado Operac.	(211.498)	(164.473)	47.025	22%
(=) Lucro/Prej. a/IR e CS	(211.498)	(164.473)	47.025	22%
(=) Lucro/Prej. Líqu.	(211.498)	(164.473)	47.025	22%
* Realizado 2010				
** Realizado até Outubro 2011 (Nov e Dez Projetado)				
*** Realizado - Projetado				



Neste DRE podemos observar um aumento na receita operacional de 6%, o que em termos monetários representa a quantia de R\$ 150 milhões, em função deste aumento também houve um aumento de 13% nos impostos e encargos intra-setoriais, os quais consumiram R\$ 107 milhões, ficando a receita operacional líquida com um aumento de 2%, ou seja um incremento de R\$ 43,8 milhões.

As despesas operacionais diminuíram 3%, uma monta de R\$ 51 milhões, os fatores que contribuíram positivamente para isto foram:

- a) diminuição de 43% da Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cível, as quais geraram uma economia aos cofres da companhia de R\$ 59,7 milhões.
- b) Diminuição em 22% das despesas de Material, Serviços e Outros, as quais geraram uma economia aos cofres da companhia de R\$ 81,5 milhões, porém salientamos que neste item deve-se levar em consideração a postergação de investimentos, dado aos atrasos nos financiamentos.

A economia nestas duas rubricas apontadas gerou uma economia de R\$ 141,2 milhões, as quais foram parcialmente consumidas por:

- c) Aumento de 14% na despesa de pessoal, o que consumiu um recurso adicional, em relação ao exercício de 2010 de R\$ 42,9 milhões, num total de despesas com pessoal de R\$ 344,8 milhões em 2011.
- d) Aumento de 3% na despesa com energia comprada, o que consumiu um recurso adicional, em relação ao exercício de 2010 de R\$ R\$ 34,9 milhões, num total de despesas com pessoal de R\$ 1.140 milhões em 2011.
- e) Aumento de 12% nas despesas com taxas regulatórias, o que consumiu um recurso adicional, em relação ao exercício de 2010 de R\$ 3,9 milhões, num total de despesas com pessoal de R\$ 36,1 milhões em 2011.
- f) Aumento de 10% nas despesas apropriadas em Depreciação e Amortização, o que reduz o resultado operacional líquido para efeitos contábeis, em relação ao exercício de 2010 em R\$ 8,3 milhões, num total de R\$ 88,1 milhões contabilizados em 2011.

Com isto, podemos observar uma melhora de 50% no resultado da atividade, ainda que negativo, saindo de um resultado negativo de R\$ (191,150) milhões, para um resultado negativo de R\$ (96,155) milhões, o que evidencia uma melhora de R\$ 94,9 milhões se comparado 2010 a 2011.

A melhora significativa no resultado da atividade pode ser também evidenciada pela melhora na margem de EBITDA que em 2010 era de -6% e em 2011 passou a -0,6%, uma melhora de desempenho de 93% se compararmos 2010 a 2011.





O resultado operacional de 2011 melhorou 22% em relação ao de 2010, saindo de um resultado negativo de R\$ (211,498) milhões em 2010 para R\$ (164,473) milhões em 2011, porém evidencia-se que alguns fatores contribuíram negativamente para o resultado da atividade de R\$ (96,155) milhões chegasse a um resultado operacional de R\$ (164,473) milhões, os quais destacamos:

- g) aumento das despesas financeiras em R\$ 47,9 milhões, se compararmos o ano de 2010 ao de 2011, pelo aumento das taxas de juros, neste período da economia Brasileira.
- h) aumento das despesas com variações monetárias e cambiais em R\$ 27,6 milhões, se compararmos o ano de 2010 ao de 2011, pela valorização do dólar e aumento das taxas de juros na economia Brasileira.
- i) diminuição de receitas financeiras geradas em R\$ 19,8 milhões, se compararmos o ano de 2010 ao de 2011, pela redução da disponibilidade de recursos em caixa para aplicações.

### **3. AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PRF PARA OS ANOS DE 2012 A 2015**

Como forma de aprofundar a primeira versão do Programa de Recuperação Financeira implantado apresentaremos a seguir um conjunto de ações, medidas e metas gerenciais necessárias para alcançar o equilíbrio financeiro da Companhia no período de 2012 a 2015, indispensável frente aos desafios da renovação das concessões e da realização do grande volume de obras de expansão e melhorias do ativo elétrico para o evento da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e da concessão. Estas ações são fruto do esforço conjunto de todas as Diretorias do Grupo CEEE, bem como de seus trabalhadores, evidencia-se assim, o esforço coletivo para o enfrentamento deste problema.

Cabe destacar que em complemento as ações internas presentes neste Programa, impõe-se medidas a serem desenvolvidas que dependem de ações exógenas, as quais envolvem o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Governo Federal, principais acionistas desta Companhia.

Assim, em que pese os avanços apresentados através do primeiro PRF aprovado, é necessário aprofundá-lo como forma de melhorar ainda mais os resultados da empresa, através da diminuição de suas despesas e aumento de sua receita, aliado à correta aplicação dos investimentos com foco no incremento da base de remuneração regulatória e assertiva de investimento de modo a melhorar a qualidade e a confiabilidade da prestação dos serviços concedidos, reduzindo, por consequência, passivos regulatórios.

Assim, apresentamos a segunda versão do PRF, contemplando as ações abaixo relacionadas, as quais foram elaboradas e validadas pelas diversas Áreas da empresa.



### 3.1 AÇÕES ESTRATÉGICAS PRIORITÁRIAS COM FOCO NO INVESTIMENTO

#### 3.1.1 DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS DE INVESTIMENTO

A Companhia deve definir políticas que garantam os recursos necessários aos investimentos que visam adequar o sistema existente às melhores condições operativas e atender às necessidades do crescimento da demanda e incremento de carga, observados os critérios técnicos, econômicos, financeiros e ambientais.

Com a realização de investimentos no sistema elétrico, a CEEE-D incrementa suas receitas operacionais a partir da Cota de Reintegração Regulatória, O&M e da Taxa de Remuneração do Capital, obtendo, assim, mais recursos para custear suas atividades operacionais.

O investimento no sistema elétrico também garante uma quantidade menor de ocorrências e contribui diretamente na redução do custo operacional.

Na definição de políticas de investimentos a Companhia deve considerar a necessidade técnica e a viabilidade econômica e financeira a fim de identificar as oportunidades de melhor remuneração do capital investido ou aquelas que produzirão benefícios econômicos e financeiros oriundos da aplicação dos recursos de investimento (redução do custo de O&M, redução de penalidades, eficiência operacional, etc).

#### 3.1.2 REVISÃO DOS ORÇAMENTOS DE INVESTIMENTOS - 2012-2015

Os investimentos previstos para os próximos quatro anos totalizam o valor de aproximadamente R\$ 800 milhões (vide cenário base e cenário I).

As necessidades de investimentos e as fontes adequadas de financiamento são premissas fundamentais para o equilíbrio econômico financeiro da CEEE-D. Com base nisto, recomenda-se que sejam revistos os orçamentos de investimento, e conjuntamente sejam trabalhadas opções de financiamentos adequadas à remuneração do capital da companhia.

Na revisão do orçamento de investimento, deve-se considerar a necessidade técnica e os ciclos tarifários a fim de que se possa maximizar o retorno sobre o investimento. A Companhia deve focar a aplicação de recursos nos investimentos que possam estar “em operação” até a data base de março





de 2012, período considerado para a apuração da Base de Remuneração Regulatória, para que obtenha o conseqüente retorno tarifário a partir de outubro de 2012 (data da Revisão Tarifária).

Neste trabalho propomos a adequação dos recursos aplicados em investimentos, visando atingir a implementação de 85% dos recursos orçados, priorizando os investimentos que contribuem para a formação da Base de Remuneração Regulatória da Companhia e melhora dos indicadores de qualidade e confiabilidade do fornecimento de energia elétrica, aliados ao monitoramento das peças orçamentárias de cada área e a reprogramação de dotações orçamentárias, de modo a otimizar a utilização de recursos, nos projetos com maior probabilidade de conclusão durante o ano em curso os quais contribuirão mais rapidamente para o aumento da capacidade de geração interna de caixa pela companhia, de forma que os investimentos previstos para os próximos quatro anos será de R\$ 697 milhões . (vide cenário II)

### **3.1.3 PROJETOS DE INVESTIMENTOS PRUDENTES**

A assertiva dos investimentos com foco na melhora da qualidade e confiabilidade dos serviços prestados, tem como resultado final a diminuição das perdas e dos passivos regulatórios, o quadro abaixo apresenta uma estimativa de resultados da correta aplicação dos recursos na planta elétrica.

<i>Valores expressos em R\$ mil</i>		
<b>Resultados Esperados</b>	<b>Custo para Execução dos Projetos</b>	<b>Redução de Custo</b>
<b>2012</b>	<b>60.647</b>	<b>-</b>
<b>2013</b>	<b>157.727</b>	<b>9.757</b>
<b>2014</b>	<b>210.012</b>	<b>19.497</b>
<b>2015</b>	<b>9.470</b>	<b>30.717</b>

Critérios e premissas utilizadas:

- Considerado na análise de custos o impacto das obras na redução das compensações DIC/FIC/DMIC e Tensão, e ainda, nas perdas técnicas;
- Para cálculo da energia relativa a perda técnica foi utilizado o valor de tarifa de compra MIX para o período de 2012 a 2021;
- Foram utilizadas as projeções de mercado no período de 2012 a 2021, fornecidas pela área de mercado;
- Na redução de custos, não foi contemplado os ganhos operacionais diretos e indiretos;



- Além da redução dos custos, há um aumento de receita pelo incremento da Base de Remuneração Regulatória (BRR), computado nas projeções da receita.

### 3.2 AÇÕES ESTRATÉGICAS PRIORITÁRIAS COM IMPACTO NA REDUÇÃO DAS DESPESAS

As principais ações do Programa de Recuperação Financeira na Redução de Custos, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Valores expressos em R\$ mil			
Resultado Líquido de Redução de Custo	2012	2013	2014	2015
Segurança Patrimonial	-	363	1.455	2.205
Redução de Despesas com Aluguel	211	341	341	341
Redução Despesas com o Abastecimento de Água	108	130	130	130
Redução de Despesas com Combustível	114	114	114	114
Compensação de Horas Extras	2.322	1.315	1.184	1.066
Descentralização de Treinamentos	150	150	150	150
Educação a Distância	150	150	150	150
Recuperação de Depósitos Judiciais e Recursais	22.775	25.510	28.855	32.916
Redução de Despesa em Postes e Madeiras	6.300	6.300	6.300	6.300
<b>Total</b>	<b>32.130</b>	<b>34.373</b>	<b>38.679</b>	<b>43.372</b>

#### 3.2.1 RESTRIÇÃO ÀS DESPESAS COM PROPAGANDA, PUBLICIDADE E PATROCÍNIOS DIRETOS

Considerando a atual situação financeira da Companhia e a não previsão de recursos na Tarifa de Energia Elétrica, os recursos aplicados em publicidade, propaganda, patrocínio culturais e esportivos, entre outros, devem ser reduzidos drasticamente a níveis mínimos.

Todos os recursos disponíveis devem ser investidos na infra-estrutura à serviço da Concessão a fim de fazer frente aos crescentes custos operacionais motivados por ocorrências na rede elétrica, e incrementar a receita da Companhia através da Quota de Reintegração e Remuneração do Capital Investido.

Considerando que há despesas nessa rubrica já assumidas, propõem-se que a mesma seja reduzida aos compromissos já assumidos e as diretrizes para novas despesas deverão ser definidas pela Administração da Companhia.



### 3.2.2 ADEQUAÇÃO DO PAGAMENTO DO PPR AOS RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Considerando a atual situação financeira e os resultados obtidos pela concessionária, é necessário que seja readequado o cálculo para pagamento do PPR aderente aos resultados de performance gerencial e da Companhia, de forma que a companhia atinja as metas estabelecidas neste Programa de Recuperação Financeira.

### 3.2.3 SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL

Substituir e reduzir o número de postos do sistema de segurança atual com vigilância armada por sistemas alternativos de proteção.

### 3.2.4 REDUÇÃO DESPESAS COM ALUGUEL

Transferir as Agência Centro e Cavahada de prédios alugados de particulares para prédios do governo do Estado Tudo Fácil, onde o custo das instalações é compartilhado, ou até mesmo em imóveis próprios da Companhia, hoje com destinação diversa.

### 3.2.5 REDUÇÃO DESPESAS COM O ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Substituir as atuais torneiras instaladas no Centro Administrativo Engenheiro Noé de Mello Freitas (CAENMF) por torneiras temporizadas.

### 3.2.6 REDUÇÃO DESPESAS COM COMBUSTÍVEL

Foi realizada uma nova licitação visando o abastecimento dos veículos da CEEE-D, esta proporcionou uma redução de despesa na taxa de administração, alterando de -0.01% para -2.78%.





### 3.2.7 COMPENSAÇÃO DE HORAS EXTRAS

Considerando as prerrogativas da Legislação vigente e amparado no Acordo Coletivo de Trabalho com relação a instituição de Banco de Horas, determinar que as horas extras realizadas, as quais são objeto de pagamento mensal sejam compensadas por folga. Propomos que a redução seja de 15% em 2012 e de 10% a partir de 2013 para cada ano.

### 3.2.8 DESCENTRALIZAÇÃO DE TREINAMENTOS

Descentralizar, quando possível, os treinamentos que são realizados no CETAF.

### 3.2.9 EAD - EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Realizar aulas na modalidade à distância, utilizando a plataforma Moodle recentemente implementada.

### 3.2.10 RECUPERAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

Recuperação de depósitos judiciais e recursais (alvarás) e recuperação de créditos de qualquer natureza (CEEE autora).

### 3.2.11 REDUÇÃO DOS CUSTOS EM POSTES E MADEIRAS

Transferência da estrutura, proporcionando redução do custo na produção de madeiras.

## 3.3 AÇÕES ESTRATÉGICAS PRIORITÁRIAS COM IMPACTO NO INCREMENTO DA RECEITA

Com o foco na recuperação de receita, na CEEE-D em 2010, foi instituído um grupo de trabalho para análise do Processo de Recuperação de Créditos, que envolve as áreas de Fiscalização, Comercial, Gestão de Créditos e Jurídico.

As principais ações do Programa de Recuperação de Receita, estão demonstrados no quadro abaixo:





	Valores expressos em R\$ mil			
Resultado Líquido de Aumento de Receita	2012	2013	2014	2015
Compartilhamento de infraestrutura. Recontar pontos, atualizando valor a faturar, implantação do GEO	500	1.800	1.800	1.800
Encerrado com consumo. Regularização de consumo de unidades consumidoras encerradas	986	2.270	2.270	2.270
Faturamento instantâneo	600	600	1.200	1.200
Incrementar os resultados da cobrança, intensificando ações, visando recuperar 30% da inadimplência média de parcelamentos e irregularidades	5.530	11.020	11.020	11.020
Intensificar negociações e tratativas na esfera judicial para Poderes Públicos	6.000	6.000	6.000	6.000
Plano de ação para recuperação do passivo em Rio Grande	-	3.250	3.250	3.250
Plano de ação para regularização de corte em Rio Grande	7.020	14.040	14.040	14.040
Possibilitar negociação por cartão de crédito	1.000	2.900	2.900	2.900
Inspeção de Unidades Consumidoras	8.300	8.300	8.300	8.300
Regularização de ligações clandestinas em vilas	-	239	1.482	2.995
Telemedição das Unidades Consumidoras	-	67	1.107	1.107
Imobilização das Ordens em Curso	4.143	4.143	4.143	4.143
<b>Total</b>	<b>34.079</b>	<b>54.629</b>	<b>57.512</b>	<b>59.025</b>

### 3.3.1 COMPARTILHAMENTO DE INFRAESTRUTURA

Realizar atualização da base dos pontos de compartilhamento de infraestrutura em postes da rede de distribuição (cabo metálico e fibra óptica), bem como atualização contratual de valores faturados por estes serviços, como forma de incrementar essa receita.

### 3.3.2 REGULARIZAÇÃO DE CONSUMO DE UNIDADES CONSUMIDORAS ENCERRADAS

Otimizar procedimentos de encerramento de unidades consumidoras em baixa tensão, de forma a faturar todo o consumo residual registrado nos medidores.



### 3.3.3 FATURAMENTO INSTANTÂNEO

Desenvolver sistema para realização da leitura dos medidores das unidades consumidoras do Grupo B com emissão simultânea da fatura de energia elétrica para 40% dos clientes.

### 3.3.4 IMPLEMENTAR MELHORIAS NOS PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA

Intensificar ações, visando recuperar 30% (trinta por cento) da inadimplência média de parcelamentos e irregularidades. Contempla projetos como: revisão da régua de cobrança, contratação de produtos para higienização de cadastro de devedores, criação de régua específica de cobrança de determinados tipos de débitos (exemplo: acordos judiciais), implantação de cobrança utilizando sistema de mensagens de texto (SMS), inclusão de débitos de clientes ativos em órgãos de proteção ao crédito.

### 3.3.5 INTENSIFICAR NEGOCIAÇÕES E TRATATIVAS NA ESFERA JUDICIAL PARA PODERES PÚBLICOS

Promover procedimentos de cobrança diferenciados para os órgãos do poder público municipal e federal, buscando acordos administrativos ou ingresso de ações judiciais. Tais ações incluem a higienização do saldo devedor de clientes do poder público federal.

### 3.3.6 PLANO DE AÇÃO PARA RECUPERAÇÃO DO PASSIVO NA CIDADE DE RIO GRANDE

Viabilizar a cobrança e negociação dos débitos de clientes residenciais do município de Rio Grande, tais valores foram acumulados durante a vigência da decisão judicial que impediu a ação do corte de energia elétrica para este segmento desde o ano de 2002.

### 3.3.7 PLANO DE AÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DE CORTE NA CIDADE DE RIO GRANDE

Viabilizar a suspensão do fornecimento de energia elétrica dos clientes residenciais do município de Rio Grande que possuem faturas inadimplidas, considerando a decisão judicial que impediu a ação do corte para este segmento desde o ano de 2002.



### 3.3.8 POSSIBILITAR NEGOCIAÇÃO POR CARTÃO DE CRÉDITO

Possibilitar a utilização de cartões de débito e crédito nos pagamentos, facilitando o processo de regularização de débitos, reduzindo a inadimplência, evitando deslocamento dos clientes aos agentes arrecadadores, melhorando os índices de satisfação do consumidor.

### 3.3.9 INSPEÇÃO DE UNIDADES CONSUMIDORAS

Realizar inspeções em unidades consumidoras para detectar possíveis perdas de energia elétrica - irregularidades na medição: furto, fraude ou avaria em medidores. Viabilizar a regularização da medição, possibilitando a correta tomada do consumo de energia elétrica (incremento de receita) e desencadeando a cobrança do consumo não registrado, relativo ao período de duração do procedimento irregular (recuperação de consumo).

### 3.3.10 REGULARIZAÇÃO DE LIGAÇÕES CLANDESTINAS EM VILAS IRREGULARES

Estima-se a existência de 50.000 unidades consumidoras (UCs) irregulares ou clandestinas na CEEE-D.

Estudos elaborados pela Divisão de Medição e Proteção da Receita (DMPR) sugerem que 50% das perdas comerciais da CEEE-D são atribuídas a essas UCs, as quais, predominantemente, estão localizadas nos municípios de Porto Alegre, Viamão e Alvorada. O Programa de Regularização consiste na instalação de rede de distribuição e sistemas de medição diferenciados, que obstaculizem a incidência de ligações irregulares, bem como ações junto a comunidade voltadas a uma melhor utilização da energia, benefício tarifário, e inclusão em Programa de Eficiência Energética.

### 3.3.11 TELEMEDIÇÃO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS DO GRUPO A

Instalar pontos de telemedicação nas unidades consumidoras (UCs) faturadas em média tensão (MT) com vistas ao monitoramento da normalidade do fornecimento e prevenção às perdas não técnicas. A telemedicação será instalada em todas as UCs do Grupo A, aproximadamente 5.000 pontos. Com esta ação espera-se: agilizar o combate e/ou a prevenção às perdas não técnicas decorrentes de fraudes, avarias ou erros operacionais; redução dos custos operacionais associados às inspeções de UCs do Grupo A; redução expressiva dos custos operacionais com a execução da leitura em campo, para fins de faturamento; disponibilização de 10 equipes para a atividade de inspeção de UCs.





### 3.3.12 IMOBILIZAÇÃO DAS ORDENS EM CURSO

- Identificar os ativos em curso que já encontram-se em serviço e proceder a imobilização;
- Identificar os ativos em curso e que tenham a previsão de inclusão física na rede até junho de 2012. Realizar a respectiva previsão.

## 3.4 AÇÕES ESTRATÉGICAS PRIORITÁRIAS COM IMPACTO NO FLUXO DE CAIXA

### 3.4.1 CONTINGENCIAMENTO DAS DESPESAS DE CUSTEIO

Além de todas as ações descritas para a redução de despesas operacionais, após as simulações das mesmas, evidenciou-se a necessidade de um contingenciamento, em termos de fluxo de pagamentos, na ordem de 20%. Para tanto as despesas orçadas deverão ser acompanhadas através do Comitê Gestor Orçamentário - CGO, com vistas a monitorar mensalmente a não ultrapassagem do valor de 80% do orçamento de custeio. (vide cenário II)

O monitoramento e adequação das peças orçamentárias propicia o intercâmbio de recursos intra e entre as entidades orçamentárias, os Gestores de Entidades e de Peças Orçamentárias, serão responsáveis pelos ajustes nos componentes de sua peça, visando otimizar a utilização dos recursos orçamentários de custeio, visto que de maneira geral, os índices de realização orçamentária, estão historicamente abaixo dos valores orçados.

## 3.5 AÇÕES ESTRATÉGICAS COM IMPACTO POSITIVO QUE DEPENDEM DE AGENTES EXTERNOS

### 3.5.1 RECUPERAÇÃO CRC

A Companhia vem buscando créditos da Conta de Resultados a Compensar – CRC, tratada em Ação Ordinária ingressada em março de 1993 contra a União Federal pleiteando o reconhecimento da Conta de Resultados a Compensar – CRC, cuja decisão favorável à Companhia Estadual de





Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D transitou em julgado no âmbito do Supremo Tribunal Federal em 31 de março de 2009, caracterizando um direito não passível de questionamento.

Na referida decisão, foi reconhecido o direito de a Concessionária registrar como custo do serviço os valores relativos à complementação e suplementação de aposentadoria de seus empregados ex-autárquicos, com suas respectivas correções monetárias e juros moratórios dos exercícios de 1981 a 1993, para fins de ajustes na Conta de Resultados a Compensar – CRC e Reserva Nacional de Compensação e Remuneração – RENCOR.

A realização deste crédito será efetuada conforme o estabelecido na Lei Federal nº 8.631, de 04 de março de 1993, alterada pela Lei Federal nº 8.724, de 28 de outubro de 1993, ou seja, através da compensação de dívidas da Concessionária com a União, e o saldo será securitizado.

### **3.5.2 CONVÊNIO CEEE FAMURGS**

O convênio com a FAMURGS trata sobre a antecipação pelo Estado do saldo devedor reconhecido, referente ao convenio de aquisição, compensação e parcelamento de créditos e débitos recíprocos, celebrando entre o Estado, CEEE e Municípios em 1997, com compensação de ICMS. Estes convênios foram firmados em 1997, com o amparo da Lei Estadual nº 11.018, de 23 de setembro 1997, entre CEEE, Governo do Estado e Municípios, estes intermediados pela Federação das Associações de Municípios – FAMURGS.

O objetivo deste convênio é a aquisição, compensação e parcelamento de créditos e débitos recíprocos entre o ESTADO, CEEE e Municípios.

A situação atual vem demonstrando que o Estado tem registrado como saldo a pagar à CEEE R\$ 17.178.056,08, sendo que os pagamentos são efetuados conforme os municípios quitam as prestações dos contratos firmados.

A situação que está sendo proposta é a antecipação pelo Governo do Estado do saldo a pagar com compensação no repasse de ICMS, conforme ocorreu em 2005 e 2006. Com esta medida, esperamos arrecadar antecipadamente um direito a receber com uma expectativa de incremento de receita na ordem de R\$ 3,6 milhões ao ano, num prazo máximo de 5 anos, sendo que esta ação depende de negociações entre a CEEE-D, Estado do Rio Grande do Sul e os Municípios.

## **4. SIMULAÇÕES (FLUXO DE CAIXA)**



A seguir apresentamos a situação atual da companhia, bem como simulações das ações propostas neste Programa de Recuperação Financeira.

A apresentação dos cenários segue uma lógica acumulativa onde o primeiro cenário, serve como base e aos demais cenários iremos adicionando novas estratégias.

#### **4.1 CENÁRIO BASE**

O cenário base não considera as ações do presente Programa de Recuperação Financeira e mantém somente as captações já estruturadas (BNDES, ELETROBRÁS, BID e AFD), aliado às ações que ocorreram em decorrência da primeira versão do PRF. Este é um cenário que demonstra a atual situação financeira da Companhia, sem a compensação dos recursos da CRC e outras captações necessárias para cobrir o déficit de caixa.

Observa-se neste cenário a Geração Interna de Recursos – GIR apresenta-se negativa nos anos de 2012 e 2013, demonstrando a difícil situação a ser enfrentada pela Companhia nestes dois anos.

Para manter o orçamento previsto neste cenário, a Companhia teria um déficit de caixa acumulado, no período 2012 a 2015, em um montante aproximado de R\$ 1,19 bilhões, além das captações já estruturadas.

Igualmente, resta clara a necessidade perene de aplicação de novas versões do PRF ao longo do contrato de concessão, como forma de ajustar a atual situação econômico-financeira da empresa.



CENÁRIO BASE FLUXO DE CAIXA	2012	2013	2014	2015
INGRESSOS OPERACIONAIS	3.126.931	3.403.807	3.795.764	4.079.346
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	864.675	942.218	1.051.098	1.129.824
INGRESSOS LÍQUIDOS	2.262.256	2.461.589	2.744.666	2.949.522
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	2.470.782	2.648.045	2.735.969	2.805.887
GIR	(208.526)	(186.456)	8.697	143.635
INGRESSOS NÃO OPERACIONAIS	233.971	246.195	119.870	19.173
FINANCIAMENTO BNDES	49.583	54.470	85.558	19.173
FINANCIAMENTO ELETROBRÁS/BID	184.388	191.725	34.312	-
DESEMBOLSOS NÃO OPERACIONAIS	412.563	440.548	327.740	376.912
SERVIÇO DA DÍVIDA	178.592	194.353	207.870	174.952
INVESTIMENTOS	233.971	246.195	119.870	201.960
JSCP / DIVIDENDOS	-	-	-	-
IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	-	-	-	21.777
SALDO DO PERÍODO	(387.118)	(380.809)	(199.173)	(235.881)
SALDO INICIAL	9.449	(377.669)	(758.478)	(957.651)
SALDO FINAL	(377.669)	(758.478)	(957.651)	(1.193.532)

Abaixo apresentamos as Demonstrações dos Resultados para os anos de 2012 a 2015, neste mesmo cenário.

No ano de 2012, verifica-se um resultado da atividade de R\$ 5,6 milhões, recursos insuficientes frente às despesas financeiras de aproximadamente R\$ 119,9 milhões e impostos de R\$ 57,6 milhões, gerando um resultado negativo de R\$ 171,9 milhões, apesar da Margem do EBITDA positiva de 5%.

Em 2013, podemos observar um grande acréscimo, na monta de R\$ 200 milhões, na despesa operacional, devido a elevação do custo da energia comprada pela descontratação do fornecimento





## Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

de energia Hidroelétrica do 1º Leilão no Ambiente de Contração Regulado – ACR, pela tarifa média de R\$ 80 / MWh e a reconstrução de 2.250.721 MW, para 2013, no 7º Leilão no Ambiente de Contração Regulado – ACR, de Termoeletrica, pela tarifa média de R\$ 170 / MWh, gerando um resultado da atividade negativo de R\$ 52 milhões.

Nos anos seguintes, 2014 e 2015, verifica-se um crescimento da Margem de EBITDA, resultante de um taxa de aumento da receita operacional superior ao crescimento das despesas operacionais, gerando um resultado econômico positivo crescente, porém como já demonstramos com um acúmulo crescente do déficit de caixa.

CENÁRIO BASE DRE	2012	2013	2014	2015
Receita Operacional	3.187.872	3.474.370	3.874.184	4.164.110
(-) Ded. à Rec. Operacional	(1.177.883)	(1.267.605)	(1.384.191)	(1.475.332)
(=) Rec. Oper. Líquida	2.009.989	2.206.765	2.489.993	2.688.778
(-) Desp. Operacional	(2.004.383)	(2.259.073)	(2.354.532)	(2.433.861)
(=) Result. da Atividade	5.606	(52.308)	135.461	254.917
MARGEM EBTIDA	5%	2%	10%	14%
(+/-) Rec./Desp. Financ.	(119.965)	(97.701)	(84.073)	(72.481)
(=) Lucro/Prej. a/IR e CS	(114.359)	(150.009)	51.388	182.436
(-) IMPOSTOS	(57.595)	(31.483)	(30.901)	(51.847)
(=) Lucro/Prej. Líqu.	(171.954)	(181.492)	20.487	130.589



#### 4.2 CENÁRIO I – CENÁRIO BASE INCLUINDO AÇÕES DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA – PRF E CAPTAÇÕES

Neste cenário foram contempladas além das ações do Programa de Recuperação Financeira – PRF e das captações já estruturadas (BID, BNDES, AFD e Eletrobrás), novas captações no Mercado Financeiro e Compensações da CRC no limite da Lei.

Observa-se neste cenário que a Geração Interna de Recursos – GIR apresenta-se negativa nos anos de 2012 e 2013, demonstrando a difícil situação a ser enfrentada pela Companhia nestes dois anos.

Para manter o orçamento previsto neste cenário, a Companhia terá que captar no mercado financeiro a monta de R\$ 1,16 bilhões entre os anos de 2012 e 2015, além das captações já estruturadas.

CENÁRIO I FLUXO DE CAIXA	2012	2013	2014	2015
INGRESSOS OPERACIONAIS	3.153.820	3.453.105	3.848.194	4.135.826
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	872.171	955.955	1.065.707	1.145.560
INGRESSOS LÍQUIDOS	2.281.649	2.497.150	2.782.487	2.990.266
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	2.467.178	2.642.865	2.731.317	2.802.036
GIR	(185.529)	(145.715)	51.170	188.230
INGRESSOS NÃO OPERACIONAIS	629.703	651.927	455.602	429.905
COMPENSAÇÃO DE CRC	95.732	95.732	95.732	95.732
FINANCIAMENTO BNDES	49.583	54.470	85.558	19.173
FINANCIAMENTO ELETROBRÁS/BID	184.388	191.725	34.312	-
MERCADO FINANCEIRO	300.000	310.000	240.000	315.000
DESEMBOLSOS NÃO OPERACIONAIS	445.563	507.648	509.740	607.042
SERVIÇO DA DÍVIDA	211.592	261.453	389.870	405.082
INVESTIMENTOS	233.971	246.195	119.870	201.960
JSCP / DIVIDENDOS	-	-	-	-
IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	-	-	-	6.716
SALDO DO PERÍODO	(1.389)	(1.436)	(2.968)	4.378
SALDO INICIAL	9.449	8.060	6.625	3.656
SALDO FINAL	8.060	6.625	3.656	8.034



## Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Abaixo apresentamos as Demonstrações dos Resultados para os anos de 2012 a 2015, neste cenário I. No ano de 2012, verifica-se um resultado da atividade de R\$ 29 milhões e uma margem do EBITDA positiva de 6%.

Em 2013, podemos observar um grande acréscimo, na monta de R\$ 200 milhões, na despesa operacional, devido a elevação do custo da energia comprada pela desconstrução do fornecimento de energia Hidroelétrica do 1º Leilão no Ambiente de Contratação Regulado – ACR, pela tarifa média de R\$ 80 / MWh e a reconstrução de 2.250.721 MW, para 2013, no 7º Leilão no Ambiente de Contratação Regulado – ACR, de Termoeletrica, pela tarifa média de R\$ 170 / MWh, gerando um resultado da atividade negativo de R\$ 10,56 milhões.

Nos anos seguintes, 2014 e 2015, verifica-se um crescimento da Margem de EBITDA, resultante de um taxa de aumento da receita operacional superior ao crescimento das despesas operacionais, gerando um resultado econômico positivo crescente, porém baseado em captações no mercado financeiro na monta de R\$ 1,16 bilhões, entre os anos de 2012 e 2015, além das captações já estruturadas.

CENÁRIO I DRE	2012	2013	2014	2015
Receita Operacional	3.215.310	3.524.674	3.927.684	4.221.743
(-) Ded. à Rec. Operacional	(1.186.086)	(1.282.176)	(1.399.601)	(1.491.932)
(=) Rec. Oper. Líquida	2.029.224	2.242.498	2.528.083	2.729.812
(-) Desp. Operacional	(2.000.072)	(2.253.058)	(2.349.079)	(2.429.146)
(=) Result. da Atividade	29.152	(10.560)	179.004	300.666
Margem ebtida	6%	4%	12%	16%
(+/-) Rec./Desp. Financ.	8.868	3.416	39.352	20.797
(=) Resultado Operac.	38.019	(7.145)	218.356	321.463
(=) Lucro/Prej. a/IR e CS	38.019	(7.145)	218.356	321.463
(-) IMPOSTOS	(57.595)	(31.483)	(30.901)	(35.417)
(=) Lucro/Prej. Líqu.	(19.575)	(38.628)	187.455	286.046





#### 4.3 CENÁRIO II – CENÁRIO I INCLUINDO AÇÕES DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA – PRF, CAPTAÇÕES E CONTINGENCIAMENTO DO CUSTEIO

Este Cenário tem por base o Cenário I, incluindo as adequações dos recursos aplicados em investimentos, visando atingir a implementação de 85% dos recursos orçados, priorizando os investimentos que contribuem para a formação da Base de Remuneração Regulatória da Companhia e melhora dos indicadores de qualidade e confiabilidade do fornecimento de energia elétrica.

O monitoramento das peças orçamentárias de cada área e a reprogramação de dotações orçamentárias, de modo a otimizar a utilização de recursos, nos projetos com maior probabilidade de conclusão durante o ano em curso, contribuirão para o aumento da capacidade de geração interna de caixa pela companhia, mais rapidamente.

Também, além de todas as ações descritas para a redução de despesas operacionais, após as simulações das mesmas, evidenciou-se a necessidade de um contingenciamento, em termos de fluxo de pagamentos, na ordem de 20%. Para tanto as despesas orçadas deverão ser acompanhadas através do Comitê Gestor Orçamentário - CGO, com vistas a monitorar mensalmente a não ultrapassagem do valor de 80% do orçamento de custeio.

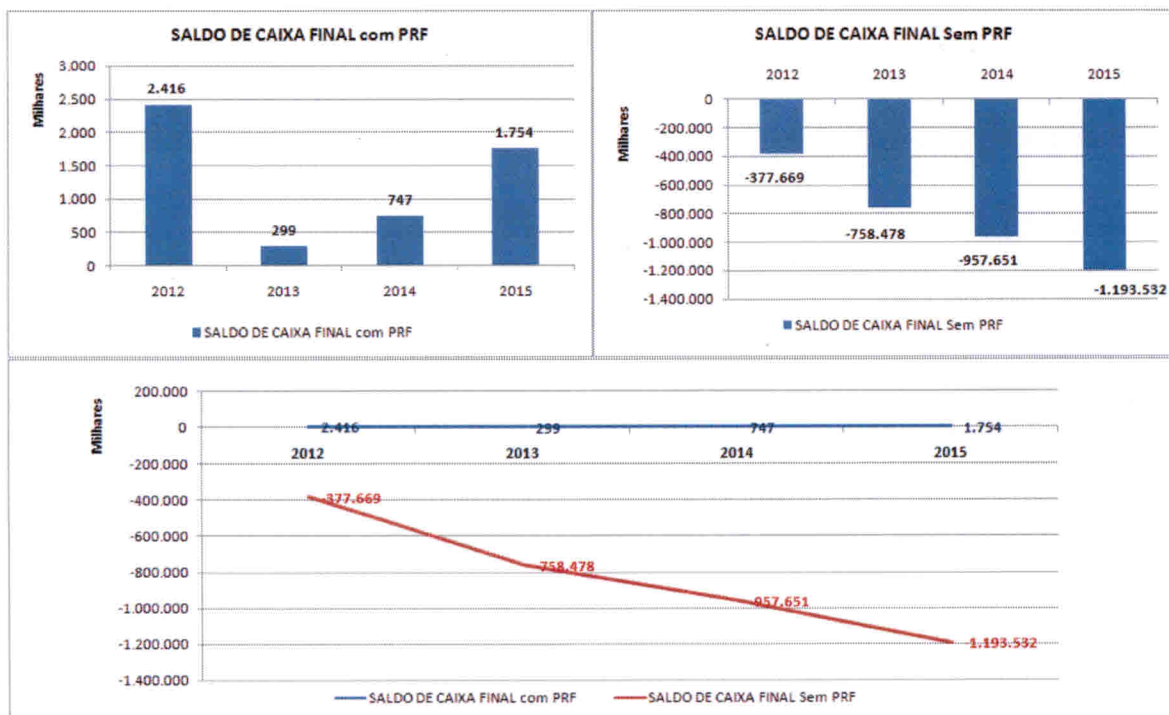
O monitoramento e adequação das peças orçamentárias propicia o intercâmbio de recursos intra e entre as entidades orçamentárias, os Gestores de Entidades e de Peças Orçamentárias, serão responsáveis pelos ajustes nos componentes de sua peça, visando otimizar a utilização dos recursos orçamentários de custeio, visto que de maneira geral, os índices de realização orçamentária, estão historicamente abaixo dos valores orçados.

Observa-se neste cenário que a Geração Interna de Recursos – GIR apresenta-se negativa nos anos de 2012 e 2013, demonstrando a difícil situação a ser enfrentada pela Companhia nestes dois anos.

Para manter o orçamento previsto neste cenário, a Companhia terá que captar no mercado financeiro a monta de R\$ 697 milhões entre os anos de 2012 e 2015, além das captações já estruturadas, o que representa uma redução de R\$ 239 milhões em captações em relação ao cenário anterior.



CENÁRIO II FLUXO DE CAIXA	2012	2013	2014	2015
INGRESSOS OPERACIONAIS	3.153.820	3.453.105	3.848.194	4.135.826
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	872.171	955.955	1.065.707	1.145.560
INGRESSOS LÍQUIDOS	2.281.649	2.497.150	2.782.487	2.990.266
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	2.457.060	2.632.429	2.720.336	2.790.471
GIR	(175.411)	(135.279)	62.151	199.795
INGRESSOS NÃO OPERACIONAIS	577.703	596.927	400.602	352.905
COMPENSAÇÃO DE CRC	95.732	95.732	95.732	95.732
FINANCIAMENTO BNDES	49.583	54.470	85.558	19.173
FINANCIAMENTO ELETROBRÁS/BID	184.388	191.725	34.312	-
MERCADO FINANCEIRO	248.000	255.000	185.000	238.000
DESEMBOLSOS NÃO OPERACIONAIS	409.325	463.766	462.305	536.507
SERVIÇO DA DÍVIDA	205.872	249.683	358.070	360.890
INVESTIMENTOS	203.453	214.083	104.235	175.617
JSCP / DIVIDENDOS	-	-	-	-
IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	-	-	-	15.186
SALDO DO PERÍODO	(7.033)	(2.117)	448	1.007
SALDO INICIAL	9.449	2.416	299	747
SALDO FINAL	2.416	299	747	1.754



Abaixo apresentamos as Demonstrações dos Resultados para os anos de 2012 a 2015, no cenário III. No ano de 2012, verifica-se um resultado da atividade de R\$ 39 milhões e uma margem do EBITDA positiva de 6%.

Em 2013, podemos observar um grande acréscimo, na monta de R\$ 200 milhões, na despesa operacional, devido a elevação do custo da energia comprada pela descontratação do fornecimento de energia Hidroelétrica do 1º Leilão no Ambiente de Contração Regulado – ACR, pela tarifa média de R\$ 80 / MWh e a recontratação de 2.250.721 MW, para 2013, no 7º Leilão no Ambiente de Contração Regulado – ACR, de Termoelétrica, pela tarifa média de R\$ 170 / MWh, gerando um resultado da atividade de R\$ 549 mil.

Nos anos seguintes, 2014 e 2015, verifica-se um crescimento da Margem de EBITDA, resultante de um taxa de aumento da receita operacional superior ao crescimento das despesas operacionais, gerando um resultado econômico positivo crescente, porém baseado em captações no mercado financeiro na monta de R\$ 926 milhões, entre os anos de 2012 e 2015, além das captações já estruturadas.





CENÁRIO II DRE	2012	2013	2014	2015
Receita Operacional	3.215.310	3.524.674	3.927.684	4.221.743
(-) Ded. à Rec. Operacional	(1.186.086)	(1.282.176)	(1.399.601)	(1.491.932)
(=) Rec. Oper. Líquida	2.029.224	2.242.498	2.528.083	2.729.812
(-) Desp. Operacional	(1.989.954)	(2.241.949)	(2.336.044)	(2.414.474)
(=) Result. da Atividade	39.270	549	192.039	315.337
Margem ebtida	6%	5%	12%	16%
(+/-) Rec./Desp. Financ.	16.148	17.526	51.720	44.950
(=) Resultado Operac.	55.418	18.075	243.759	360.287
(=) Lucro/Prej. a/IR e CS	55.418	18.075	243.759	360.287
(-) IMPOSTOS	(57.595)	(31.483)	(30.901)	(44.657)
(=) Lucro/Prej. Líqu.	(2.177)	(13.409)	212.858	315.630



## 5. CONCLUSÕES FINAIS

O PRF insere-se num contexto nacional e regional de medidas profundas na busca de honrar com as obrigações do contrato de concessão especialmente no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro da concessão e na continuidade e melhoria da prestação dos serviços públicos de energia elétrica. Tão relevante quanto este fato é que o Programa vem alinhado na essência do Programa de Sustentabilidade Financeira do Governo Estado do Rio Grande do Sul, anunciado pelo Governador Tarso Genro, bem como com a realidade nacional de ajustes fiscais das contas públicas em andamento por medidas do Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

Ocorre que apesar das medidas já adotadas com o primeiro Programa aprovado pela Diretoria Colegiada e Conselho de Administração, o fato de os agentes financiadores externos solicitarem o aprofundamento do PRF, com metas mais fortes no sentido de melhorar o resultado da empresa, o que inclusive servirá como indicador de acompanhamento e condicionante durante os financiamentos externos, demonstra a clara necessidade de que o aprofundamento ora apresentado seja efetivado com urgência de forma a proporcionar que seja novamente apresentado a fim de viabilizar a propositura no projeto de lei que prevê as garantias da União para os financiamentos externos.

Assim, diante dos problemas estruturais existentes na CEEE-D, os quais são fatos determinantes da atual situação financeira da empresa, bem como aliado à solicitação dos agentes financiadores externos, da União e do Estado na condição de contra-garantidores, é urgente a revisão e implementação de imediato do presente aprofundamento da segunda versão do Programa de Recuperação Financeira – PRF 2012, contando com o efetivo comprometimento da Diretoria e de todos os trabalhadores no enfrentamento do grande desafio da renovação dos contratos de concessão.

Gerson Carrion de Oliveira  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores